



# POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA EXTERNA

Princípios e Procedimentos que regem a Assistência  
a Timor-Leste sem ser na forma de Empréstimos







### **Mensagem do Primeiro Ministro**

É com grande satisfação que apresento “a Política de Assistência Externa, Políticas e Procedimentos que regem assistência sem ser empréstimo”. O documento sublinha a importância da assistência da comunidade internacional para Timor Leste e define a melhor forma de continuar a apoiar os objetivos e aspirações de nossa nação.

Seria difícil de exagerar a importância do apoio da comunidade internacional ao nosso país ao longo de sua história. Após o referendo patrocinado pelas Nações Unidas em 1999, a comunidade internacional reuniu-se para nos ajudar a fim de tornar realidade os nossos sonhos de soberania, estabelecendo a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste e, de muitas formas, estabelecendo as bases para as nossas instituições de estado atuais.

Este ano marca o vigésimo aniversário da primeira Reunião de Parceiros de Desenvolvimento que se realizou em Tokyo, Japão o qual sublinhou o compromisso dos parceiros de desenvolvimento ao sucesso do nosso país.

Vinte anos depois encontramos-nos sob o mandato do VIII Governo Constitucional, um testemunho das nossas conquistas na garantia de paz, estabilidade, democracia e estabelecendo um estado que seja capaz de prestar serviços ao seu povo. Os nossos sucessos não foram alcançados por nós sozinhos, mas é resultado do nosso trabalho e visão compartilhados com os nossos parceiros de desenvolvimento da comunidade internacional.

Timor-Leste evoluiu significativamente nos últimos 20 anos, assim como a nossa relação no que respeita a assistência ao desenvolvimento. Este documento aqui apresentado estabelece princípios claros que devem ser seguidos no designio e elaboração dos programas de parceiros de desenvolvimento. O documento é apresentado na expectativa de aprofundar a coordenação entre parceiros de desenvolvimento e o governo, de modo que possamos aprender uns com os outros sobre a melhor forma de prestar serviços para melhorar as vidas dos timorenses.

  
**S.E. Taur Matan Ruak**  
Primeiro Ministro, Timor-Leste



## Mensagem da Ministra das Finanças em Exercício



É um privilégio para mim apresentar “a Política da Assistência Externa- Políticas e Procedimentos que regem Assistência Externa sem ser empréstimo”. Este trabalho é influenciado por alguns acordos e documentos fundamentais abrangendo desde a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda à Política de Eficácia da Gestão da Ajuda.

O centro da Política da Assistência Externa é consagrada nos princípios estabelecidos no Acordo Novo de Empenho nos Estados afetados por conflitos, isto é, no desenvolvimento que se incide no uso do sistema nacional e liderado por país (country-owned and country-led). Em linha com o ODS 16, o VIII Governo Constitucional apela aos parceiros de desenvolvimento para trabalhar em conjunto com o Governo de modo a apoiar os nossos esforços contínuos visando a construção de instituições de estado que sejam eficazes e responsáveis em todos os níveis. Esperamos que trabalhando junto com o Governo melhor coordenação, resulte em um aumento de transferência de conhecimento e capacidade do Governo, e em última instância melhor também a prestação de serviços ao povo.

É importante realçar ainda que tal política também fornece orientações aos nossos parceiros de desenvolvimento sobre diversas áreas:

1. Definir claramente as áreas prioritárias de apoio por parceiros de desenvolvimento;
2. Estabelecer novos procedimentos claros de aprovação para projetos dos parceiros de desenvolvimento;
3. Apelar aos parceiros de desenvolvimento para que por mínimo desenhar os seu projetos para apoio do nível de ODS subpilar e do nível de subprograma do Governo, e quando necessário, no nível de Plano de Ação Anual. Assim, permitirá uma melhoria de utilização de dados na alocação de recursos.
4. Definir e classificar claramente as preferências do Governo em como o apoio do parceiro de desenvolvimento é fornecido e implementado.

Esperamos trabalhar em conjunto com os nossos parceiros de desenvolvimento na implementação desta política, aprofundando a nossa coordenação e melhorando as formas como trabalhamos para alcançar o nosso objetivo comum de melhorar a vida do povo timorense.



**Sara Lobo Brites,**

Vice-Ministra e Ministra das Finanças em Exercício

## Lista de Siglas

AT	Assistência Técnica
CdM	Conselho de Ministros
EPN	Estratégias de Parceria Nacional
LM	Linhas Ministeriais
M&A	Monitoramento e Avaliação
MdF	Ministério das Finanças
MNEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
OING	Organização Internacional Não Governamental
OPE	Objetivos de Construção da Paz e de Construção do Estado
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PAA	Planos de Ação Anual
PD	Parceiros de Desenvolvimento
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030
TDR	Termos de Referencia

## Índice

Introdução .....	1
Quadros de Planeamento de Timor-Leste .....	2
Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste para 2011 a 2030 .....	2
O PED e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável .....	3
Programa do Governo .....	4
Áreas Prioritárias de Apoio para Assistência Externa .....	5
Melhoria do Uso de Sistemas Nacionais no Planeamento e Aprovação de Procedimentos .....	6
Acordos Quadro .....	6
Estratégias Nacionais de Parcerias (Quadros de Planeamento a Médio Prazo) .....	7
Acordos de Projetos .....	7
Processo para Criação de Novos Projetos em Timor-Leste .....	8
Acordos de Implementação .....	11
Melhoria do Uso de Sistemas Nacionais no Desenho de Projetos e Programas .....	11
Melhoria do Uso de Sistemas Nacionais – Pertença .....	11
Melhoria do Uso de Sistemas Nacionais – Financiamento .....	12
Melhoria do Uso de Sistemas Nacionais – Apoio em Géneros .....	13
Papéis, Responsabilidades e Compromissos dos Intervenientes na Assistência sem ser na forma de Empréstimos .....	14
Anexo 1: O Novo Acordo para Envolvimento em Estados Frágeis .....	17

## Introdução

O Governo de Timor-Leste reconhece o contributo importante, histórico e continuado prestado pela comunidade internacional. Desde a criação da nação que a cooperação de desenvolvimento tem tido um papel fundamental no apoio ao Governo e ao povo de Timor-Leste, fomentando o desenvolvimento rumo à concretização dos objetivos definidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento para 2030, nomeadamente transformar Timor-Leste num país com rendimentos médio-altos e com uma população saudável, instruída e a viver em segurança.

O papel da assistência externa em Timor-Leste está a mudar. Devido a uma combinação de fatores, que vão desde o crescimento sustentado e relativa estabilidade da nação até à alteração das prioridades globais dos doadores, os níveis de assistência externa a Timor-Leste estão no geral a descer. É por esta razão que é essencial que todos os intervenientes no desenvolvimento trabalhem juntos de modo a maximizar os benefícios da assistência ao país de uma forma que pertença e seja liderada por Timor-Leste. Para tal, a Política de Assistência Externa apela aos parceiros de desenvolvimento para que:

1. Alinham e custeiem todas as atividades com os Quadros de Planeamento de Timor-Leste: o nível de subpilares do PED, o nível de subprogramas do Governo, os ODSs e, quando relevante, os Planos de Ação Anual Ministeriais e/ou as Estratégias Setoriais.
2. Sigam os procedimentos propostos para a aprovação de atividades e de estratégias de parceria com Timor-Leste, melhorando assim o planeamento e a integração da assistência nos sistemas governamentais.
3. Tomem medidas com vista a melhorar e aumentar o seu uso dos sistemas nacionais timorenses.

Através do presente documento o Governo reafirma que todos os intervenientes no desenvolvimento devem permanecer empenhados no caminho de desenvolvimento pertencente a Timor-Leste e liderado por este. A Política de Assistência Externa faz uso das lições aprendidas com a “Política de Eficácia da Gestão da Ajuda”, aprovada pelo Conselho de Ministros a 28 de março de 2017. O quadro apresentado abaixo mantém o espírito do documento anterior, ao mesmo tempo que desenvolve os processos e procedimentos necessários para implementar efetivamente o objetivo ambicioso de coordenar com mais eficácia a assistência ao país sem ser na forma de empréstimos, destacando igualmente a necessidade de ver o apoio dos parceiros de desenvolvimento canalizado através de sistemas nacionais timorenses. Para os efeitos deste documento, a assistência sem ser na forma de empréstimos pode ser prestada numa ou mais das seguintes maneiras:

- |  |   |
|--|---|
| <b>I. Financiamento direto</b> <ol style="list-style-type: none"><li>a. Apoio geral ao orçamento / setores</li><li>b. Apoio a projetos</li></ol> | <b>II. Apoio em géneros</b> <ol style="list-style-type: none"><li>a. Assistência técnica<ol style="list-style-type: none"><li>i. Trabalho de assessoria e trabalho analítico</li><li>ii. Formação e capacitação</li></ol></li><li>b. Valor de bens<ol style="list-style-type: none"><li>i. Construção</li><li>ii. Transferência de equipamentos</li></ol></li></ol> |
|--|---|

## Quadros de Planeamento de Timor-Leste

### Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste para 2011 a 2030

As políticas governamentais relativas a assistência externa seguem os princípios definidos no Novo Acordo para o Envolvimento em Estados Frágeis (“O Novo Acordo”<sup>1</sup>), nomeadamente um desenvolvimento pertencente ao país recidente da assistência externa e liderado por este, que reconheça a importância de utilizar os sistemas nacionais desse país. O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) de Timor-Leste para 2011 a 2030 articula a visão de desenvolvimento de Timor-Leste para as próximas duas décadas. O PED é um pacote integrado de políticas estratégicas que visam, até 2030, transformar Timor-Leste num país com rendimentos médio-altos e com uma população saudável, instruída e a viver em segurança. O PED abrange quatro pilares: (1) Capital Social, (2) Desenvolvimento de Infraestruturas, (3) Desenvolvimento Económico, e (4) Quadro Institucional. Em 2011, com a assinatura do Pacto de Desenvolvimento de Díli, o Governo de Timor-Leste e os Parceiros de Desenvolvimento acordaram que o PED será o quadro global com o qual todos os programas e projetos deverão estar alinhados.

Cada pilar define as áreas e programas que precisam ser concluídos de modo a concretizar a visão coletiva do PED. O pilar de Capital Social incide na construção de uma sociedade saudável e instruída, dando resposta às necessidades do povo de Timor-Leste e promovendo o desenvolvimento humano. Abrange cinco áreas principais: educação e formação; saúde; inclusão social; ambiente; e cultura e património.

O pilar de Desenvolvimento de Infraestruturas existe para garantir que a nação possui as infraestruturas fundamentais necessárias para construir uma nação produtiva, sustentável, ligada e em crescimento. Abrange seis áreas: estrada e pontes; água e saneamento; eletricidade; portos marítimos; aeroportos; e telecomunicações. O pilar de Desenvolvimento Económico visa criar uma economia próspera e moderna, que dê emprego aos trabalhadores timorenses. Abrange cinco áreas: desenvolvimento rural; agricultura; petróleo; turismo; e investimento do setor privado. O pilar de Quadro Institucional ajudará a criar um quadro efetivo que suporte os outros três pilares do desenvolvimento de Timor-Leste. Abrange seis áreas: segurança; defesa; negócios estrangeiros; justiça; gestão do setor público; e boa governação. Cobre ainda a agência nacional de desenvolvimento e a agência de política económica e investimento.

**Tabela 1: Resumo do Plano Estratégico de Desenvolvimento**

Pilar do PED	Finalidade	Subpilares do PED	
Capital Social	Construir uma sociedade saudável e instruída, que dê resposta às necessidades sociais do povo timorense e que promova o desenvolvimento humano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Educação e formação</li><li>• Saúde</li><li>• Inclusão social</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ambiente</li><li>• Cultura e património</li></ul>
Desenvolvimento de Infraestruturas	Garantir que a nação possui as infraestruturas fundamentais necessárias para construir uma nação produtiva, sustentável, ligada e em crescimento.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estradas e pontes</li><li>• Água e saneamento</li><li>• Eletricidade</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Portos marítimos</li><li>• Aeroportos</li><li>• Telecomunicações</li></ul>
Desenvolvimento Económico	Criar uma economia próspera e moderna, que dê emprego aos trabalhadores timorenses.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenvolvimento rural</li><li>• Agricultura</li><li>• Petróleo</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Turismo</li><li>• Investimento do setor privado</li></ul>

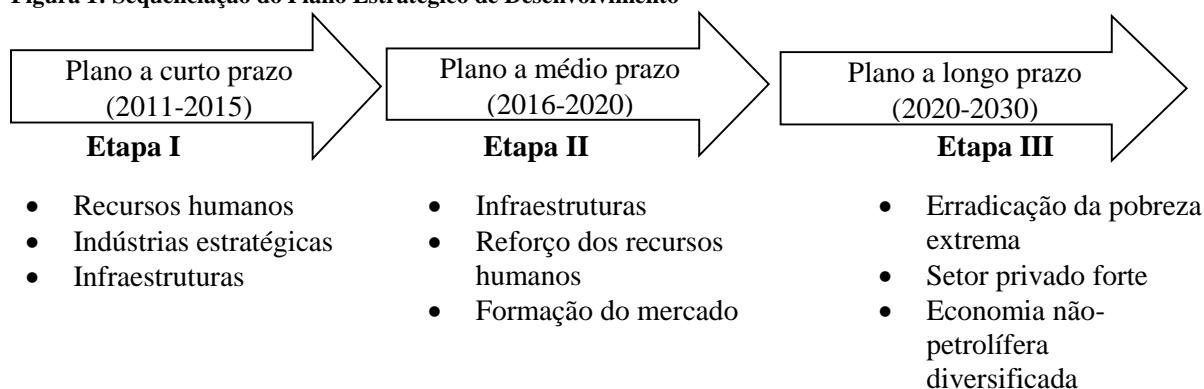
<sup>1</sup> O Anexo 1 contém informações mais detalhadas relativamente ao Novo Acordo para o Envolvimento em Estados Frágeis.



Pilar do PED	Finalidade	Subpilares do PED
Quadro Institucional	Criar um quadro efetivo que suporte os outros três aspetos do desenvolvimento de Timor-Leste.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Segurança</li> <li>• Defesa</li> <li>• Negócios estrangeiros</li> <li>• Justiça</li> <li>• Gestão do setor público e boa governação</li> <li>• Agência Nacional de Desenvolvimento e Agência de Política Económica e Investimento</li> </ul>

O PED apresenta igualmente a sequenciação de áreas de prioridade de desenvolvimento a curto, médio e longo prazo, com vista a concretizar o objetivo de, até 2030, transformar Timor-Leste num país com rendimentos médio-altos e com uma população saudável, instruída e a viver em segurança.

**Figura 1: Sequenciação do Plano Estratégico de Desenvolvimento**



O PED estabelece o caminho principal a ser seguido pelo Governo. Ao mesmo tempo, várias estratégias para setores chave estabelecem interpretações sobre como os objetivos serão operacionalizados no médio a longo prazo. As estratégias setoriais devem ser consultadas aquando do desenho de estratégias de parceria e de projetos propostos envolvendo Timor-Leste, a fim de assegurar que as atividades dos parceiros de desenvolvimento são específicas, incisivas e alinhadas com os desígnios timorenses.

### O PED e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O Governo de Timor-Leste manifestou o seu forte apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), tornando-se numa das primeiras nações no mundo inteiro a adotar os ODSs e a aderir ao Grupo de Alto Nível sobre a Implementação dos ODSs. Os ODSs e o PED possuem objetivos semelhantes e que muitas vezes se sobrepõem, o que permite um alinhamento relativamente fácil dos dois quadros estratégicos, nomeadamente o PED nacional e os ODSs globais. Toda a assistência de desenvolvimento proposta deve ser formulada de um modo que seja vista em primeiro lugar como um apoio aos quadros de planeamento local, e em segundo lugar como um contributo para os ODSs globais.

Figura 2: Roteiro de Timor-Leste com vista à Implementação da Agenda para 2030

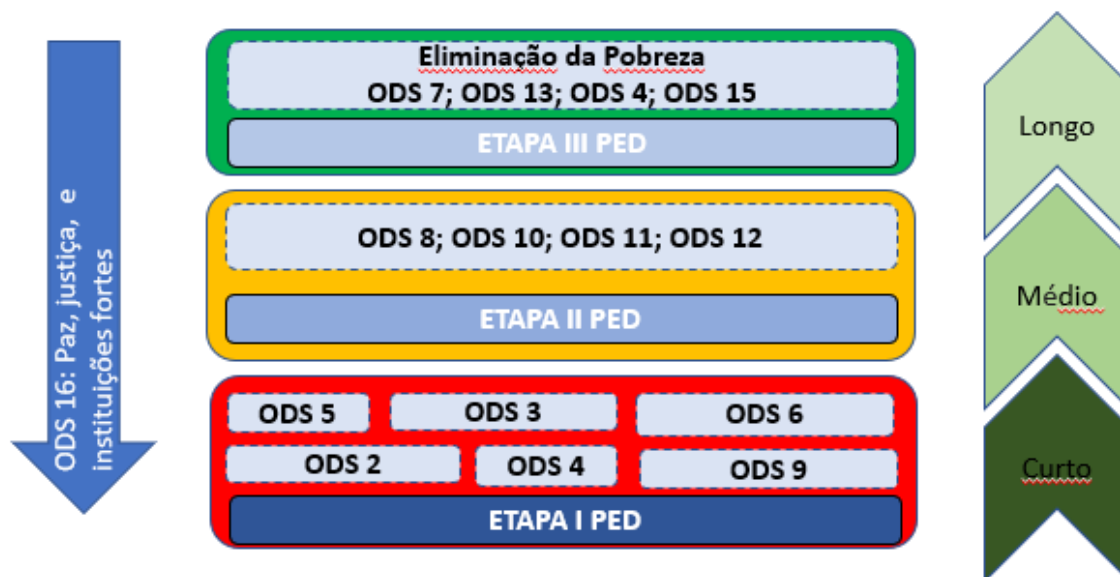
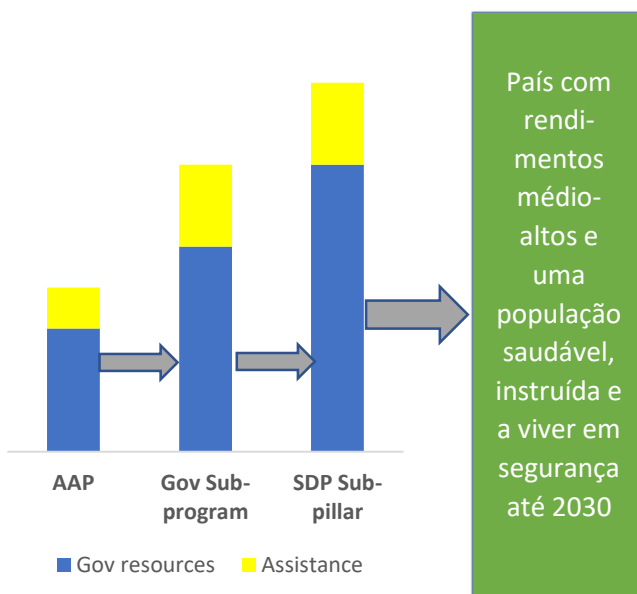


Figura 3: O PED enquanto Quadro Global de Desenvolvimento

A figura à direita mostra como cada um dos tipos de objetivos não deve ser visto como estando separado do objetivo global definido na visão a vinte anos do PED de criar uma nação próspera e forte.

Independentemente da assistência dos parceiros de desenvolvimento assentar em planos setoriais ou planos ministeriais, ou de destacar o seu apoio ao PED, o importante é que todos os programas de parceiros de desenvolvimento contribuam para a criação até 2030 de um país com rendimentos médio-altos e uma população saudável, instruída e a viver em segurança.



### Programa do Governo

O PED define a visão nacional para o desenvolvimento do país, ao passo que os planos quinquenais do Governo são mais específicos. Estes documentos de planeamento devem ser vistos como complementos ao PED, uma vez que pretendem estabelecer as formas através das quais os objetivos definidos serão operacionalizados e alcançados. Todos os projetos e programas de parceiros de desenvolvimento deverão estar alinhados a nível de subprograma.

**Tabela 2: “Programa Resumido do Governo”**

PROGRAMA	SUBPROGRAMA	
Continuação do Capital Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>Educação e formação</li> <li>Saúde</li> <li>Inclusão social, proteção social e solidariedade</li> <li>Cultura e património</li> <li>Juventude</li> <li>Desporto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tecnologias de informação e comunicação</li> <li>Meios de comunicação social</li> <li>Religião</li> <li>Sociedade civil</li> <li>Habitação</li> </ul>
Continuação do Desenvolvimento de Infraestruturas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Governança do setor das infraestruturas</li> <li>Rede rodoviária</li> <li>Água e saneamento</li> <li>Eletricidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Transportes</li> <li>Meteorologia</li> <li>Telecomunicações</li> <li>Correios</li> </ul>
Continuação do Desenvolvimento Económico	<ul style="list-style-type: none"> <li>Agricultura, criação de animais, pescas e silvicultura</li> <li>Petróleo e recursos minerais</li> <li>Turismo</li> <li>Comércio</li> <li>Indústria</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Setor privado</li> <li>Emprego</li> <li>Cooperativas</li> <li>Ambiente</li> </ul>
Continuação da Consolidação Governamental	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política macroeconómica</li> <li>Setor financeiro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Finanças públicas</li> </ul>
Boa Governança e Combate à Corrupção	<ul style="list-style-type: none"> <li>Administração pública</li> <li>Descentralização</li> <li>Administração eleitoral</li> <li>Gestão e planeamento do uso de terras</li> <li>Desenvolvimento rural</li> <li>Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e Zona Especial de Economia Social de Mercado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Governo eletrónico</li> <li>Justiça</li> <li>Defesa e segurança</li> <li>Relações internacionais e política externa</li> <li>Delimitação de fronteiras terrestres e marítimas</li> <li>Comunidades timorenses na diáspora</li> </ul>

Num esforço para melhorar a Gestão das Finanças Públicas, sobretudo a nível do planeamento, toda a assistência externa proposta tem de ser custeada segundo o PED e o Programa do Governo. Toda a assistência externa precisa estar alinhada ao nível dos subpilares do PED e dos subprogramas do Governo. Quando possível, em especial quando se esteja a trabalhar diretamente com o Governo, os parceiros de desenvolvimento devem alinhar os seus projetos com os Planos de Ação Anuais dos Ministérios. O Ministério das Finanças irá desenvolver e providenciar o formato e as formas de reporte dos processos de planeamento. Este exercício será conduzido durante a fase de proposta de projetos ou de parcerias estratégicas, garantindo a inclusão da assistência externa nas estratégias de alocação de recursos do Governo.

### Áreas prioritárias para apoio através de assistência externa

O Plano Estratégico de Desenvolvimento e o Programa do Governo definem a visão geral para o desenvolvimento da nação. Ao mesmo tempo, cada prestador de assistência externa tem as suas próprias prioridades globais e locais pré-definidas. A determinação de áreas passíveis de acomodar as prioridades

de ambas as partes requer esforço e recursos consideráveis. O Governo continua a estar aberto a diálogo e a demonstrar flexibilidade, sendo porém que as áreas prioritárias para apoio através de assistência externa são as seguintes:

Caixa 1: Áreas prioritárias para assistência externa	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação</li> <li>• Saúde</li> <li>• Combate à má nutrição</li> <li>• Juventude e género</li> <li>• Agricultura e desenvolvimento rural</li> <li>• Turismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Infraestruturas para crescimento, conectividade e acessibilidade</li> <li>• Água e saneamento</li> <li>• Integração regional</li> <li>• Desenvolvimento do setor privado</li> <li>• Gestão do setor público</li> </ul>

## Melhoria do uso de sistemas nacionais no planeamento e aprovação de procedimentos

O termo “uso de sistemas nacionais” pode incluir diversas áreas, incluindo planeamento, orçamentação, provisões bancárias, sistemas de reporte, etc. Esta secção destaca os passos que o Governo está a propor para melhorar o uso de sistemas nacionais, na medida em que se referem ao planeamento e aprovação de atividades de parceiros de desenvolvimento.

Os parceiros de desenvolvimento operam em Timor-Leste através de uma série de acordos cuja abrangência vai ficando cada vez mais específica, indo desde Acordos Quadro até Acordos de Implementação. A Figura 4 mostra o relacionamento entre cada tipo de acordo.

Figura 4: Hierarquia de Acordos



### Acordos Quadro

*Entidade coordenadora:* MNEC

*Aprovações necessárias:* Conselho de Ministros e Parlamento

Os Acordos Quadro visam abordar a situação de uma Agência de Desenvolvimento em Timor-Leste (caso seja distinta das funções de uma Embaixada) e/ou o tratamento e as condições dados aos programas de assistência conduzidos pela entidade em questão. Estes acordos estabelecem muitas vezes os objetivos globais da agência e/ou a cooperação técnica e a assistência na forma de concessões prestadas a Timor-Leste.



A negociação de Acordos Quadro deve ser liderada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. Uma vez finalizados, os Acordos Quadro devem ser aprovados em Conselho de Ministros e ratificados pelo Parlamento.

### Estratégias Nacionais de Parceria (quadros de planeamento a médio prazo)

*Entidade coordenadora:* Ministério das Finanças

*Aprovações necessárias:*

- Para Estratégias Nacionais de Parceria com um valor indicativo total inferior a 5 milhões de dólares:
  - Ministério das Finanças
  - Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
  - Linhas Ministeriais relevantes
- Para Estratégias Nacionais de Parceria com um valor indicativo total superior a 5 milhões de dólares:
  - Ministério das Finanças
  - Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
  - Linhas Ministeriais relevantes
  - Conselho de Ministros

Todas as Agências de Desenvolvimento devem produzir quadros de planeamento periódicos para atualizar e alinhar as suas prioridades com as do Governo. Estes quadros devem estabelecer a direção geral das atividades da agência no país e estimar os investimentos e projetos necessários a médio e longo prazo.

O parceiro de desenvolvimento deve começar por notificar o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da sua intenção de conceber uma nova Estratégia. De seguida o parceiro de desenvolvimento deverá ser instruído a contactar o Ministério das Finanças para iniciar o processo de estabelecimento de uma nova ENP. O Ministério das Finanças deverá reunir todos os intervenientes relevantes e conduzir o processo consultivo com vista à finalização das ENPs. O Ministério das Finanças apresentará as Estratégias Nacionais de Parceria ao Conselho de Ministros para aprovação e assinatura (nos casos em que o valor ultrapasse os 5 milhões de dólares).

### Acordos de Projeto

*Entidade Coordenadora:* Varia consoante o recipiente, com coordenação inicial do MdF

*Aprovações / Não-objeções necessárias:*

- Para Projetos com um valor indicativo total inferior a 5 milhões de dólares:
  - Ministério das Finanças
  - Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
  - Linhas Ministeriais relevantes
- Para Projetos com um valor indicativo total igual ou superior a 5 milhões de dólares:
  - Conselho de Ministros

Os Acordos de Projeto são as formas através dos quais os parceiros de desenvolvimento operacionalizam as suas ENPs ou, nos casos em que não estão estabelecidas ENPs, que formalizam o seu apoio a Timor-

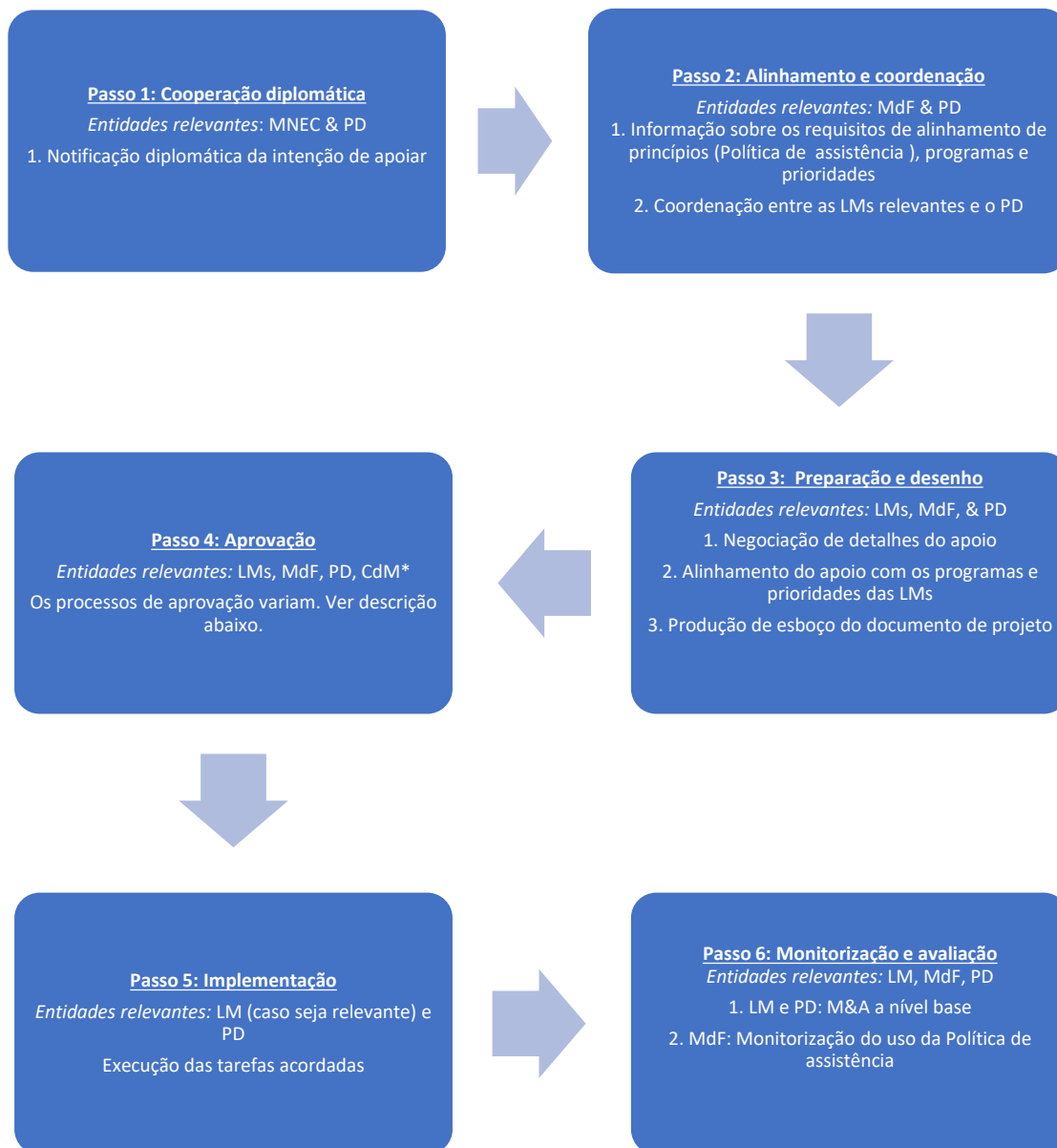
Leste. Os documentos ou Acordos de Projeto definem, entre outras coisas, o custo detalhado, o calendário e os papéis e responsabilidades necessários para a boa implementação do projeto.

**Tabela 3: Resumo dos tipos de acordos e das aprovações necessárias**

	Características	O Governo lidera	Requisitos de aprovação	Aprovação do CdM quando necessário
Quadro de Acordos	Desenvolvido a nível diplomático/nível político com inputs da técnica. Descreve prioridades de assistência do nível alto. Normalmente contém detalhes sobre privilégios e imunidades	MNEC	-Parlamento - CdM	<b>Mandatário em todos os casos</b>
Estratégias de Parceria Nacional	Baseiam-se em prioridades estabelecidas no Quadro de Acordos e prioridades do Governo. Normalmente fornecem dados indicativos do nível de financiamento e delinea alguns projetos/atividades que visam apoio as prioridades de alto nível. Tem que ser aprovado por CdM	MdF	- MdF - MNEC - LMs	Total EPN (CPS) valor de estimação superior a \$5 milhões USD
Formulacao de projetos em parceria com o Governo	Idealmente, o documento deste gênero detalha atividades específicas a nível de EPN. Isto inclui descrição, resultados amplos e resultados imediatos (saídas), indicadores, papeis e responsabilidades	- LMs	- MdF - MNEC - LMs	Projetos com um valor superior a \$5 milhões
Formulacao de projetos não-governamentais	Idealmente, o documento deste gênero detalha atividades específicas a nível de EPN (CPS). Isto inclui descrição, resultados amplos (outcomes) e resultados imediatos (saídas), indicadores, papeis e responsabilidades	Não Aplicavel/ MdF Consultado	- MdF - MNEC - LMs	Projetos com valor de \$5 milhões

Processo para estabelecimento de novos projetos em Timor-Leste

**Figura 5: Mapa de processo para o estabelecimento de um novo projeto**



### **Passo 1: Cooperação diplomática**

O Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação deve ser informado da intenção de um Parceiro de Desenvolvimento de prestar apoio a Timor-Leste. O Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação providenciará para que o Parceiro de Desenvolvimento discuta com o Ministério das Finanças os aspetos específicos do seu apoio proposto.

### **Passo 2: Alinhamento e coordenação**

O Ministério das Finanças discutirá as atuais áreas disponíveis para potencial apoio por parte de parceiros de desenvolvimento e garantirá que estes estão cientes da Política de Assistência Externa e dos processos necessários para a aprovação, incluindo os requisitos de alinhar os projetos com o PED, os subprogramas governamentais e, quando seja relevante, com os Planos de Ação Anuais dos Ministérios. O Ministério das Finanças providenciará reuniões adicionais com intervenientes governamentais relevantes para continuar o processo de desenho de projetos.

### **Passo 3: Preparação e desenho**

É nesta fase que se desenvolvem os detalhes do projeto, incluindo entre outros aspetos os métodos de apoio, o calendário, o alinhamento com os Planos de Ação Anuais dos Ministérios e a Monitorização e Avaliação. Este passo deve envolver consultas aprofundadas com congéneres governamentais e deve resultar num esboço de documento de projeto.

### **Passo 4: Aprovação**

Assim que os detalhes do apoio tenham sido redigidos o parceiro de desenvolvimento enviará o esboço de documentos de projeto ao Ministério das Finanças, o qual será o ponto focal para circular o documento junto das Linhas Ministeriais relevantes. Todos os projetos com um valor indicativo igual ou superior a 5 milhões de dólares serão apresentados pelo Ministério das Finanças à aprovação do Conselho de Ministros. Os projetos abaixo deste valor deverão receber “Cartas de Não-objeção” das Linhas Ministeriais relevantes (conforme determinadas pelo Ministério das Finanças) e do Ministério das Finanças. As instituições governamentais terão um prazo de duas semanas para apresentar feedback ou solicitar mais tempo. A não receção de quaisquer informações durante este prazo será considerada uma não-objeção.

Caso necessário, os acordos aprovados poderão ser formalizados por via da assinatura dos representantes governamentais seguintes.

**Tabela 4: Signatários governamentais de Documentos / Acordos de Projeto**

<b>Valor indicativo do projeto</b>	<b>Aprovação para projetos executados pelo Governo</b>
Igual ou inferior a 1 milhão de dólares	Nível de Diretor-Geral
Superior a 1 milhão de dólares e inferior a 5 milhões de dólares	Nível de Ministro
Igual ou superior a 5 milhões de dólares	Decisão do Conselho de Ministros

*NOTA: Caso um parceiro de desenvolvimento implemente e/ou execute diretamente um projeto com pouco ou nenhum envolvimento do Governo, esse projeto deverá ainda assim seguir o processo delineado na Figura 8, incluindo consultas com as Linhas Ministeriais relevantes e a obtenção de cartas de não-objeção da parte das Linhas Ministeriais relevantes, e, nos casos em que tal se aplique, ser apresentado ao Conselho de Ministros para aprovação.*

### **Passo 5: Implementação**

Após ser aprovado, o projeto proposto pode entrar na fase de implementação. Esta fase consiste em concretizar o apoio acordado. O processo de implementação varia de forma considerável dependendo da natureza do projeto.

### **Passo 6: Monitorização e avaliação**

A Monitorização e Avaliação é um componente essencial para garantir que o apoio contribui para os objetivos definidos no documento de projeto, no Subprograma do Governo, no PED e, quando relevante, nos Planos de Ação Anuais dos Ministérios. Aquando do trabalho com Ministérios, todos os projetos deverão reportar aos sistemas de Monitorização e Avaliação desses Ministérios e seguir as suas práticas. Enquanto isso o Ministério das Finanças continuará a recolher informações sobre projetos de parceiros de desenvolvimento, incluindo a sua adesão à Política de Assistência Externa, níveis e tipos de apoio e progresso de projetos.



## Acordos de Implementação

Tal como é mostrado na figura 4, os acordos de implementação são por norma caracterizados por uma maior especificidade em termos de como o projeto será executado. Os acordos de implementação com agências governamentais podem ser negociados diretamente com o beneficiário. Será necessário que o Ministério das Finanças reveja projetos que solicitem implicações fiscais (partilha de custos ou isenções tributárias). Os acordos de implementação com agências não-governamentais devem ser submetidos à revisão do Ministério das Finanças.

## Melhoria do uso de sistemas nacionais no desenho de projetos e programas

O uso de sistemas nacionais é desde há muito reconhecido como um elemento importante e potencialmente transformador na prestação de assistência externa, sobretudo em contextos frágeis. O Governo de Timor-Leste e o g7+ foram dois dos maiores defensores do objetivo 16 dos ODSs, nomeadamente paz, justiça e instituições eficazes. A nossa experiência enquanto nação relativamente jovem ensinou-nos a importância de instituições efetivas e responsáveis como meio para promover a paz, sair da fragilidade e melhorar a prestação de serviços. Contornar os sistemas nacionais impõe custos de transação, cria dificuldades e inexatidões no reporte de fluxos de dados, e representa uma oportunidade perdida pelo Governo de ‘aprender enquanto faz’.

A recente Avaliação de Despesa Pública e Responsabilidade Financeira constatou que Timor-Leste permanece fortemente empenhado em melhorar o seu Sistema de Gestão das Finanças Públicas, melhorando no geral em várias áreas. Uma área em que continua a haver bastante espaço para melhorias é a PI-6, ou seja, as Operações do Governo Central Fora dos Relatórios Financeiros, uma secção que entre outras áreas mede a integração da assistência dos parceiros de desenvolvimento no sistema de gestão financeira pública do país. A secção abaixo destaca as áreas para melhoria no desenho de atividades financiadas por parceiros de desenvolvimento, de modo a melhor integrar a assistência no sistema de gestão financeira pública, dando assim ao Governo uma ideia mais clara sobre os recursos disponíveis, reduzindo a necessidade de sistemas paralelos e reforçando os sistemas do Governo.

### Melhoria do uso de sistemas nacionais – Pertença

Em linha com o Novo Acordo, o ODS 16, a Parceria de Busan e a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda, o Governo apela aos parceiros de desenvolvimento para canalizarem a sua assistência através do Governo ou em parceria com este. Acreditamos que estes tipos de arranjos permitirão aumentar a eficiência e os conhecimentos do Governo, assim como provavelmente a sustentabilidade do objetivo dos projetos.

**Tabela 5: Pertença do Governo relativamente a atividades financiadas por parceiros de desenvolvimento**

Canal de prestação	Caraterísticas	Posição do Governo
Apoio setorial e orçamental ao Governo	Um grau elevado de pertença, com pouco ou nenhum controlo e envolvimento diário por parte de parceiros de desenvolvimento. Isto pode incluir arranjos de financiamento agrupados ou apoio de parceiros de financiamento individuais.	Método preferido
Projeto executado pelo Governo	A assistência é gerida por uma agência governamental com apoio de parceiros de desenvolvimento. Isto pode incluir arranjos de financiamento agrupados ou	Método preferido. Pode incluir um componente de capacitação, o qual será benéfico para o Governo.

Canal de prestação	Caraterísticas	Posição do Governo
	apoio de parceiros de financiamento individuais.	
Projeto executado por parceiros de desenvolvimento	A assistência é gerida diretamente por um parceiro de desenvolvimento. Isto pode ser feito diretamente ou através do uso de agências implementadoras privadas e com fins lucrativos.	Em termos gerais, o número de atividades desenhadas deste modo deve ser reduzido, sobretudo as que trabalham com agências implementadoras com fins lucrativos.

### Melhoria do uso de sistemas nacionais – Financiamento

Grande parte da assistência de parceiros de desenvolvimento dá-se na forma de apoio financeiro direto. Quando se trabalha com e através do governo, este apoio pode acontecer de várias maneiras:

#### 1. Ao Tesouro/Orçamento

O apoio ao tesouro envolve uma transferência direta de fundos para o orçamento do Governo ou para uma conta no Banco Central a que o Governo tenha acesso. Este tipo de assistência reforça por natureza a pertença do país, já que financia prioridades do Governo e promove o uso de sistemas nacionais. Quando desenvolvido através de parcerias e diálogo efetivos com o Governo, o apoio ao orçamento costuma ter custos administrativos mínimos e ao mesmo tempo beneficiar dos sistemas e infraestruturas administrativos existentes e reforçá-los. A assistência financeira ao Governo pode ser prestada como Apoio Orçamental Direto, Apoio Orçamental Setorial/Ministerial, ou Apoio a Projetos específicos. Todos os métodos usam os sistemas nacionais para prestar assistência, com destaque para os sistemas de orçamentação e aprovisionamento.

#### 2. Fora do Tesouro/Orçamento

Tal como foi referido anteriormente, contornar os sistemas governamentais tem vários efeitos negativos. Pelas razões já referidas, e tal como se constata pelos resultados da Avaliação de Despesa Pública e Responsabilidade Financeira, o Governo apela aos parceiros de desenvolvimento para que adiram ao uso de sistemas nacionais aquando da prestação de assistência externa relacionada com orçamento, aprovisionamento e pagamentos. Os parceiros de desenvolvimento que não sejam capazes ou não estejam dispostos a utilizar os sistemas nacionais nos seus projetos deverão explicar as razões para tal, bem como as medidas que irão tomar para passarem a utilizar mais os sistemas nacionais no futuro.

<b>Caixa 2: Nota sobre prestação de apoio financeiro ao Governo a nível de orçamento e aprovisionamento</b>
<p>Há três métodos através dos quais pode ser prestado apoio financeiro ao Governo de Timor-Leste:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Colocação de fundos diretamente no tesouro através do Banco Central (controlo do Governo e fiscalização do parceiro de desenvolvimento) Neste cenário o financiamento do parceiro de desenvolvimento é colocado diretamente numa subconta do Banco Central, passando efetivamente a fazer parte do orçamento do Governo. Este tipo de provisão está em linha com os princípios do Novo Acordo e é a forma mais clara e mais simples de prestar Apoio Orçamental Direto. O parceiro de desenvolvimento beneficiará também de apoio e orientação por parte do Ministério das Finanças.</li> <li>Uso de um banco comercial enquanto se utilizam procedimentos governamentais (controlo parcial do Governo e uso dos sistemas deste)</li> </ol>

### **Caixa 2: Nota sobre prestação de apoio financeiro ao Governo a nível de orçamento e aprovisionamento**

Neste cenário o banco comercial e os Sistemas Integrados de Informação de Gestão Financeira do Governo não estão diretamente ligados. Por outras palavras, o parceiro de desenvolvimento controla o financiamento, porém é criada uma conta no SIIGF para replicar a presença de fundos. Isto resulta na criação de sistemas e reporte paralelos, o que aumenta o risco de incumprimento com os sistemas nacionais. Devem-se evitar estes tipos de provisões.

3. Uso exclusivo de bancos comerciais (sem controlo por parte do Governo e sem utilização dos sistemas deste) Este cenário é o mais comum para projetos que não visam apoiar o Governo diretamente e que ao invés financiam OSCs, o setor privado, agências implementadoras externas ou ONGs. Os projetos que prestam apoio financeiro ao Governo devem procurar evitar este tipo de provisão, uma vez que o Governo dá prioridade ao uso de sistemas nacionais.

### **Caixa 3: Princípios sobre Arranjos de Partilha de Custos**

O fecho de lacunas de financiamento é uma prioridade tanto para parceiros de desenvolvimento como para o Governo. O financiamento e o apoio de parceiros de desenvolvimento são essenciais para o Governo executar os seus programas ambiciosos contidos nos Planos de Ação Anuais e Planos Estratégicos Setoriais.

Existem casos, porém, em que se deve pensar bem na possibilidade de formular arranjos de partilha de custos entre parceiros de desenvolvimento e o Governo. Por exemplo, casos em que parceiros de desenvolvimento solicitem arranjos de partilha de custos para projetos que se enquadrem em grande medida nas suas próprias prioridades e não nas contidas em planos operacionais do Governo. Existem também casos em que o Governo essencialmente adjudica as atividades a agências de parceiros de desenvolvimento, utilizando-as como agências implementadoras. Embora isto se possa enquadrar nas prioridades do Governo, não conduz a projetos desenhados de forma sustentável e priva o Governo de oportunidades importantes de capacitação que poderiam surgir durante o curso do projeto. Assim sendo, devem-se aplicar os princípios seguintes a projetos que fiquem fora dos atuais PAAs ou Estratégias Setoriais, ou que utilizem os conhecimentos de agências de parceiros de desenvolvimento para implementar projetos diretamente:

1. Deve-se evitar a partilha de custos com o Governo.
2. Nos casos em que seja necessária partilha de custos, o montante total de financiamento governamental solicitado não pode ultrapassar os 30.000 dólares.
3. Os projetos que beneficiem de arranjos de provisão de custos devem esforçar-se por utilizar os sistemas nacionais.
4. Não se devem solicitar modelos de partilha de custos para projetos-piloto ou para demonstrar a possibilidade de ampliar projetos.

### **Melhoria do uso de sistemas nacionais – Apoio em géneros**

Embora o financiamento seja o método preferido para apoiar projetos governamentais, o Governo de Timor-Leste está ciente de que o financiamento por si só não consegue resolver muitos dos desafios que o país enfrenta. Uma das características que mais distingue o apoio em géneros do apoio financeiro é que o primeiro não é tão fácil de quantificar como o último, pelo que pode levar a complicações em termos de contabilização de recursos. De facto, os montantes associados ao apoio em géneros refletem o valor do apoio em vez de se prestar financiamento ao Governo. O apoio em géneros pode assumir as formas seguintes:

#### **1. Assistência Técnica (AT)**

A AT é definida como fundos prestados a cidadãos nacionais com vista a educação e formação; ou

pagamentos efetuados a consultores, assessores ou professores. Estas categorias amplas incluem atividades como colocação de um assessor num Ministério, financiamento de trabalho de assessoria e trabalho analítico, e atividades de formação e de capacitação. A AT constitui uma grande parte das carteiras de atividades dos parceiros de desenvolvimento e é um componente essencial na garantia da efetividade de projetos e no encorajar da melhoria contínua de congéneres nacionais. Todas as atividades de assistência técnica devem ser desenhadas para melhorar a capacidade e/ou conhecimentos dos congéneres timorenses.

#### **Caixa 4: Melhoria do apoio de assessoria em instituições públicas**

Colocar assessores em Instituições Públicas para apoiar projetos ou apoiar a preparação de projetos é muitas vezes uma forma eficaz de garantir capacitação e de aprofundar relacionamentos entre parceiros de desenvolvimento e o Governo. Não obstante isto, importar tomar medidas para garantir que estes relacionamentos continuem a ser efetivos, produtivos e benéficos para todas as partes envolvidas. De seguida indicam-se algumas medidas simples para ajudar a desenhar assessoria e apoio efetivos a projetos para instituições governamentais:

1. Trabalhar de perto com a agência recipiente no desenvolvimento dos TDR (termos de referencia), garantindo que estes são aprovados e que vão de encontro às necessidades da instituição.
2. Incluir a agência recipiente no processo de seleção do candidato.
3. Garantir que as linhas de reporte do assessor incluem também os congéneres governamentais.
4. Desenhar TDR que incluam indicadores, alvos e resultados e consequências palpáveis para melhorar a capacidade dos congéneres locais.
5. No caso das colocações superiores a seis meses, os parceiros de desenvolvimento devem estabelecer provisões para assessores/consultores internacionais que não falem tétum, de modo a garantir que estes conseguem comunicar com os congéneres timorenses e assim transmitir-lhes conhecimentos e qualificações de uma forma que a instituição considere satisfatória.

#### **2. Transferência de equipamento / construção**

Este tipo de assistência é vital no que diz respeito a dotar o Governo da tecnologia ou das infraestruturas para concretizar o seu programa. Neste cenário os parceiros de desenvolvimento fornecem o equipamento ou executam a obra em si, o que resulta numa transferência de valor. Ainda que esta assistência seja bem-vinda e apreciada, é pedido aos parceiros de desenvolvimento que considerem a possibilidade de desenhar estes projetos de forma a garantir o uso dos sistemas nacionais.

### **Papéis, responsabilidades e compromissos dos intervenientes em assistência sem ser na forma de empréstimos**

A Assistência ao Desenvolvimento é por natureza colaborativa. Requer uma visão acordada com os intervenientes no desenvolvimento; uma crença comum no valor da assistência ao desenvolvimento; compromissos em prol de objetivos comuns; coordenação e construção de relacionamentos de forma continuada; e papéis e responsabilidades definidos com clareza. A secção seguinte delinea os principais compromissos a que os grupos de intervenientes deverão aderir.

Os *Parceiros de Desenvolvimento* comprometem-se a:

- a) Desenhar todos os projetos e programas em linha com os Princípios do Novo Acordo.
- b) Familiarizar-se com todos os quadros reguladores e políticos relevantes.
- c) Coordenar com os departamentos governamentais relevantes a preparação de Estratégias Nacionais de Parceria e projetos que estejam em linha como Plano Estratégico de Desenvolvimento (a nível de subpilar), com o programa quinquenal do Governo (a nível de



subprograma) e, quando relevante, com os Planos de Ação Anuais dos Ministérios, os Planos Estratégicos Setoriais e o Roteiro de Timor-Leste sobre a Implementação da Agenda para 2030.

- d) Prestar informações atempadas e atualizadas sobre atividades a agências e sistemas governamentais.
- e) Manter diálogo regular com departamentos governamentais relevantes, de modo a melhorar a coordenação e a comunicação, bem como a reforçar relacionamentos.
- f) Participar nas Reuniões Trimestrais com os Parceiros de Desenvolvimento e nas Reuniões Anuais de Timor-Leste com os Parceiros de Desenvolvimento.
- g) Garantir que os recipientes não-governamentais de financiamento utilizam os recursos dos parceiros de desenvolvimento de uma forma que esteja em linha com as políticas governamentais.
- h) Aumentar o uso de sistemas e procedimentos governamentais em desenhos de projetos.
- i) Limitar as solicitações de isenções tributárias, em linha com os compromissos globais endossados na Agenda de Ação de Adis Abeba, os quais reconheceram a importância da mobilização de recursos domésticos.
- j) Compreender que todos os desenhos de programas e projetos serão regulados pelos quadros jurídicos de Timor-Leste, exceto se acordado de outro modo.
- k) Ser os responsáveis finais por quaisquer atividades que utilizem agências implementadoras externas.

*As Agências Recipientes Governamentais* comprometem-se a:

- a) Rever acordos propostos para garantir a sua necessidade e o seu alinhamento com as prioridades.
- b) Estabelecer fóruns de coordenação e diálogo com parceiros de desenvolvimento.
- c) Monitorizar e avaliar a implementação/apoio a projetos.
- d) Reportar ao MdF sobre o progresso de projetos.
- e) Rever e determinar a possibilidade de aprovação de projetos.

*As Agências Recipientes Não-governamentais* (OINGs, ONGs, OSCs) comprometem-se a:

- a) Reportar fontes e uso de financiamento ao Ministério das Finanças.
- b) Reportar atividades financiadas de forma independente ao Ministério das Finanças.
- c) Quando possível, criar parcerias com agências governamentais relevantes, trabalhando com elas e reportando a elas.
- d) Quando considerado necessário, cooperar com inspeções e auditorias.

*O Ministério das Finanças* compromete-se a:

- a) Rever, coordenar e determinar a possibilidade de aprovação de propostas de projetos e Estratégias Nacionais de Parceria.
- b) Agir como o órgão central para coordenação e diálogo de alto nível com parceiros de desenvolvimento através de fóruns como a Reunião de Timor-Leste com os Parceiros de Desenvolvimento e a Reunião Trimestral com os Parceiros de Desenvolvimento.
- c) Rever projetos e programas que incluam compromissos financeiros do Governo para aprovação.
- d) Rever projetos e programas para garantir o alinhamento com programas governamentais e Princípios do Novo Acordo de atividades pertencentes ao país e lideradas por este, que utilizem os sistemas nacionais.
- e) Manter e melhorar uma base de dados para acompanhar as atividades dos parceiros de desenvolvimento em Timor-Leste. Os dados recolhidos serão utilizados para melhorar continuamente a forma como a assistência de desenvolvimento é contabilizada em discussões

sobre orçamento e para monitorizar o desempenho geral das atividades dos parceiros de desenvolvimento.

O *Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação* compromete-se a:

- a) Agir como balcão para fins protocolares diplomáticos.
- b) Analisar e determinar a possibilidade de aprovação de Estratégias Nacionais de Parceria.
- c) Liderar as negociações de Acordos Quadro.
- d) Analisar e determinar a possibilidade de aprovação de projetos.

O *Conselho de Ministros* compromete-se a:

- a) Analisar e determinar a possibilidade de aprovação de projetos e/ou ENPs de valor superior a 5 milhões de dólares.
- b) Autorizar Linhas Ministeriais relevantes a assinar projetos que necessitem da aprovação do Conselho de Ministros.

## Anexo 1: O Novo Acordo para o Envolvimento em Estados Frágeis

As políticas governamentais sobre assistência externa seguem os princípios definidos no Novo Acordo para o Envolvimento em Estados Frágeis (“O Novo Acordo”), visando um desenvolvimento pertencente e liderado pelos países recipientes e que utilize os sistemas desses países. O Novo Acordo surgiu em 2011 como consequência de um número cada vez maior de vozes que solicitavam que a assistência internacional fosse mais eficaz. O documento resultante é informado pelas lições da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda e pela Agenda para Ação de Accra. O Novo Acordo é atualmente subscrito por 44 estados soberanos e diversas organizações internacionais.

O Novo Acordo delineia um novo paradigma global para o envolvimento internacional em estados frágeis. Está desenhado para acelerar a efetividade do envolvimento internacional através da promoção de caminhos rumo à paz e à solidez pertencentes aos países recipientes e liderados por estes, utilizando os sistemas destes países. O Novo Acordo engloba os três componentes seguintes:

- i. **Objetivos de Construção da Paz e de Construção do Estado (OPEs):** Os objetivos promovem cinco áreas como sendo os alicerces para o progresso rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e para orientar os trabalhos em estados frágeis e afetados por conflitos. Estas áreas incluem: políticas legítimas, segurança, justiça, alicerces económicos e receitas e serviços.
- ii. **FOCUS** (sigla inglesa que significa “foco”): Promove mecanismos inclusivos de planeamento e coordenação pertencentes aos países recipientes e liderados por estes. Estes mecanismos solicitam aos parceiros de desenvolvimento que trabalhem com os governos em prol de um conjunto único de prioridades de construção da paz e de construção do estado, tal como identificadas pelos próprios países recipientes.

Os princípios FOCUS são os seguintes:

- **Avaliação da Fragilidade:** visa medir o progresso da nação rumo à Resiliência através da lente dos OPEs. Foram já conduzidas Avaliações da Fragilidade em Timor-Leste em 2012 e 2015, e continuarão a ser conduzidas periodicamente com a participação dos principais intervenientes. Os resultados de qualquer avaliação da fragilidade devem informar as políticas e planos nacionais, assim como os programas de parceiros de desenvolvimento.
- **Uma Visão, Um Plano:** refere-se a um quadro pertencente ao país recipiente e liderado por este, com o qual todos os programas e projetos devem estar alinhados. No caso de Timor-Leste, o Plano Estratégico de Desenvolvimento funcionará como este quadro, tal como acordado no Pacto de Desenvolvimento de Díli de 2011. Os planos serão flexíveis, de modo a dar resposta às prioridades de construção da paz e construção de estado a curto, médio e longo prazo.
- **Convénio:** é um mecanismo vital para implementar uma visão, um plano. Reconhecendo as diferenças a nível de fragilidade e contextos nacionais, e que um convénio pode assumir diferentes formas em diferentes alturas da transição a partir da fragilidade, um convénio assegurará a harmonização e coordenação dos parceiros de desenvolvimento e reduzirá a duplicação, fragmentação e proliferação de programas. Um convénio pode orientar a escolha de modalidades de assistência externa e pode constituir uma base para determinar a alocação de recursos de parceiros de desenvolvimento alinhados com as

prioridades nacionais lideradas pelo país, em linha com bons princípios de eficácia da assistência externa. Um convénio pode igualmente ser usado como mecanismo transitório a curto prazo para orientar as prioridades lideradas pelo país aquando do estabelecimento de uma visão, um plano, mas sempre sob a liderança do país.

- Uso de OPEs para fins de monitorização: Os alvos e indicadores dos OPEs serão utilizados para monitorizar o progresso a nível do país, com o processo de mecanismo a ser incutido nos mecanismos gerais de planeamento e coordenação.
- Apoio ao diálogo e liderança políticos: as iniciativas de diálogo político a nível do país devem ser apoiadas por todos e ajudar a reforçar a capacidade do governo.

iii. TRUST (sigla inglesa que significa “confiança”): Promove princípios para uma maior eficácia a nível de provisão de assistência externa e gestão de recursos, bem como para o alinhamento destes recursos com resultados utilizando os sistemas dos países recipientes. Os princípios TRUST são os seguintes:

- Transparência: O Governo compromete-se a garantir transparência através do uso de diversos portais de transparência (Orçamento, Assistência, Aprovisionamento Eletrónico e Resultados). O Ministério das Finanças gere o sistema de bases de dados e que centraliza todas as informações sobre assistência externa num formato local e segundo um calendário definido pelo Governo. Ao endossar o Novo Acordo os parceiros de desenvolvimento comprometem-se a manter informações atualizadas sobre as suas atividades e a providenciar, sempre que possível, projeções dos desembolsos nos três a cinco anos seguintes. Isto é solicitado para permitir ao Governo produzir orçamentos efetivos, reduzir a volatilidade do financiamento dos parceiros de desenvolvimento e melhorar a coordenação, estando em linha com os Princípios de Eficácia da Ajuda.
- Partilha de riscos: O Governo promove uma avaliação conjunta de riscos e mecanismos conjuntos para reduzir e melhor gerir riscos, de modo a capacitar e a aumentar o uso dos sistemas nacionais, incluindo sistemas de gestão financeira pública e sistemas de aprovisionamento.
- Uso e reforço dos sistemas do país: Aquando do apoio ao setor público, os parceiros de desenvolvimento concordam em utilizar os sistemas do país como primeira opção para a prestação de assistência externa. Os sistemas incluem por norma procedimentos nacionais de execução orçamental, procedimentos nacionais de reporte financeiro, procedimentos nacionais de auditoria e sistemas nacionais de aprovisionamento. Com o apoio de parceiros de desenvolvimento, o Governo irá procurar reforçar os seus sistemas de gestão financeira e aprovisionamento. Os parceiros de desenvolvimento podem ter um papel crucial nesta área, canalizando o seu apoio através dos sistemas de gestão financeira pública do Governo. Isto não só melhorará a qualidade dos nossos sistemas, como também será uma prova da confiança dos parceiros de desenvolvimento.
- Reforço das capacidades: Serão desenvolvidas e implementadas medidas abrangentes para reforçar as capacidades do Estado e da sociedade civil. Deve ser promovido o agrupamento de facilidades de financiamento de modo a evitar a fragmentação,

duplicação e proliferação de unidades de implementação de projetos, bem como custos de transação elevados.

- Assistência externa atempada e previsível: Para lá de reportarem a assistência prestada, é necessário os Parceiros de Desenvolvimento a operar em Timor-Leste que forneçam estimativas precisas dos seus fluxos de assistência nos 3 a 5 anos seguintes ao sistema de acompanhamento de parceiros de desenvolvimento do Ministério das Finanças. O Governo e os parceiros de desenvolvimento deverão trabalhar em conjunto para melhorar consideravelmente a qualidade do acompanhamento da assistência externa e para produzir informações que sejam úteis e acessíveis para todos os intervenientes.





# **POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA EXTERNA**

Princípios e Procedimentos que regem a Assistência  
a Timor-Leste sem ser na forma de Empréstimos